


COMENTÁRIO A “REMINISCÊNCIA E ALMA REMÊMORA NO *FÉDON* DE PLATÃO”

*Izabela Aquino Bocayuva*¹

Referência do artigo comentado: RACHID, R. J. R. Reminiscência e alma remêmora no *Fédon* de Platão. **Trans/form/ação**: revista de filosofia da Unesp, v. 44, n. 4, p. 327-348, 2021.

Rodolfo José Rocha Rachid, em seu artigo “Reminiscência e alma remêmora no *Fédon* de Platão”, através de um vocabulário bastante rebuscado, contribui muito para o retorno à discussão em torno da imbricação entre mito e racionalidade, em Platão. Seu texto provoca esse retorno, à medida que acentua a necessidade de a argumentação racional platônica fundar-se em elementos míticos, como são o caso da reminiscência e da imortalidade da alma. A alma filosófica ou alma remêmora recupera, em sua nova vida, num exercício continuado de afastamento do sensível, sua condição sábia e sagrada de contato direto com o ser e a verdade, recuperação essa concomitante à purificação de seu *ethos*, decaído desde o nascimento, por ter sido obrigada, ainda no Hades, a beber da água do rio *Lethe*, o rio do esquecimento. Cito Rachid (2021, p. 346):

A reflexão deontológica, preceituada por Sócrates, não prescinde da experiência do sagrado, de modo que coexistem no *corpus* platônico dois âmbitos considerados irreconciliáveis por parte das categorias modernas de

¹ Professora Titular em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  <https://orcid.org/0000-0003-1571-1860>. E-mail: izabelabocayuva@gmail.com.

<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2021.v44n4.28.p353>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

pensamento, a reflexão filosófica e a abordagem cultural. [...] A interpretação do *Fédon* permite aferir o nexó entre experiência cultural e análise racional

Na verdade, não é apenas a ética que se articula com o sagrado e a mitopoética tipicamente platônica, mas também sua epistemologia, sua política e sua metafísica das Formas. Platão constrói a imagem do filósofo como um homem de exceção, bem aos moldes do poeta do *Poema* de Parmênides que é separado da “senda dos mortais” para vir a ter a experiência numinosa da verdade em contato direto com uma deusa. O filósofo não se apresenta apenas como o homem moralmente excelente, incorruptível. Em Platão, o que o filósofo – ou sua alma – vê, sabe ou, como diz o texto de Rachid, o que ele lembra, rememora, pertence sempre ao âmbito imortal, verdadeiro, perene – o âmbito do ser e da verdade. Isso justifica que ele e só ele seja o rei que tem plena autoridade sábia, para até mesmo prescindir das leis escritas. No *Fédon*, o filósofo é o que exercita a morte, no sentido de praticar a separação do que é perecível, mutável, para, por fim, alçar-se, purificado, à imortalidade na ilha dos bem-aventurados ou terra dos heróis, uma vez que, em tese, a alma é imortal.

Ainda no *Fédon*, mas também no *Ménon*, a questão da imortalidade da alma é inseparável da questão da reminiscência. Aprender é rememorar as Formas em si (puras, separadas) já contempladas antes do nascimento, tal como fica exposto no *Fedro*. O sensível pode ajudar nesse processo de rememoração, por semelhança ou dissemelhança, mas necessariamente mantendo distância ontológica em relação à Forma rememorada. O método dialético articulado com elementos empíricos também deve ajudar o filósofo a dar o salto súbito da recordação do ser. Tudo, na imagem dos filósofos, aponta para um *para além*, e Platão se vale explicitamente do mito para figurar essa dimensão, seja no *Ménon*, seja no *Fédon*, no *Fedro* – bem como na *República*, no *Górgias* etc. Pelo uso explícito do mito na argumentação racional, tanto ética quanto epistemológica e ontológica, a qual Platão leva a cabo, e pela relação estreita que observamos entre todos esses âmbitos discursivos, estamos de acordo com Rachid de que são indeslindáveis. Entretanto, vemos necessidade em questionar a abrangência da mitopoiesis platônica.

Parece-nos que, mesmo nos diálogos finais, onde Platão revê sua metafísica canônica de dois mundos e não alude mais à imortalidade da alma e reminiscência, está operando na base de seu pensamento aquele *para além* que constitui fundamentalmente a imagem do filósofo e que, em diálogos

anteriores, tinha nexos diretos com os mitos por ele elaborados. No *Parmênides*, por exemplo, ele abandona a discussão dos dois mundos, para permanecer apenas na dimensão *para além*, o inteligível, sem qualquer referência ao sensível. No *Sofista*, outro exemplo, dá-se o mesmo: o não-ser passa à dimensão do inteligível, enquanto gênero da alteridade, sendo o gênero outro nome para o que anteriormente era denominado ideia. No *Político*, mais um exemplo: o rei ou político (ou filósofo – o que tem a ciência) é o único que sabe o Bem e, por isso, deve governar. Poderíamos entender que ele é o único que rememora o ser de todas as coisas.

Assim, a dimensão celeste, sagrada, ideal, sem mais apelar para mitos, perdura. Parece que a mitopoiesis explícita inaugural no pensamento platônico havia já cumprido seu papel. A realidade de um “para além” havia se consolidado, entretanto, a dimensão mítica com a qual Platão contou para construir sua narrativa racional continua sendo imprescindível, ainda que oculta.

Podemos dizer que o autor-filósofo Platão reúne nele dois traços necessariamente: o do político e o do educador. Digo isso, sabendo que há diversas exegeses do pensador grego que procuram eliminar o traço político, em seu pensamento, a começar com os neoplatônicos e terminando com os que ainda hoje querem apagar a influência nefasta da interpretação poperiana do pensamento platônico. No entanto, não vejo que seja possível pular a própria sombra. Toda obra platônica tem motivação política. E, como ele mesmo deixa muito claro, no *Político*, a primeira função do político (o rei-filósofo) é educar, é instruir minuciosamente, através de princípios claros, os que irão educar diretamente os homens.

O autor Platão, que decide fazer a política perfeita, de exceção, não misturada nos meandros da política vil de todo dia, uma política que se afasta da multiplicidade e da variação, usa a sua obra como instrumento de educação dirigindo tudo e todos, passo a passo, para o seu princípio supremo: o um. Assim, sua metafísica inicial sempre apontou para a unidade da ideia. Sua metafísica final mostra o mesmo, através da dialética, encaminhando tudo para o um, o conceito suficiente e necessário. Sua ética mostra ainda o mesmo, à medida que encaminha para a base fundamental da articulação entre *sophrosyne* e *andreia*, única capaz de apreender em uníssono o Belo uno, o Bom uno e o Justo uno.

Ora, os mitos escatológicos da imortalidade da alma implicam e configuram o âmbito divino, separado, imperecível, puro, onde habitam as Formas unas. A alma remêmora tem acesso justamente a elas e só por isso conhece. Esse mundo separado, onde habitam as unidades, inicialmente sustentado por mitos e depois consolidado como realidade necessária, tem, em Platão, uma função ao mesmo tempo educativa e política, o que nos faz lembrar a *República*, onde é sugerido que o rei-filósofo, único conhecedor do Bem, para um convencimento amplo e pacífico da população, deva apresentar-lhe uma mentira útil, mostrando, num mito, que uns nasceram com o coração de ouro, outros de prata, outros de bronze.

No *Fédon*, mas também no *Górgias*, como igualmente no mito de Er, da *República*, os mitos escatológicos, comprometidos de algum modo com a tese da imortalidade da alma, parecem mesmo ter a função de pelo menos assustar o ouvinte, endereçando-o a uma conduta exemplar, não reprovável aos olhos dos deuses, mas, com isso, também direcioná-lo àquele mesmo um, comum aos que sabem em unísono do Bem, do Belo, do Justo.

Eis algumas questões em que a leitura do artigo de Rachid me fizeram pensar.

REFERÊNCIA

RACHID, R. J. R. Reminiscência e alma remêmora no Fédon de Platão. **Trans/form/ação**: revista de filosofia da Unesp, v. 44, n. 4, p. 327-348, 2021.

Recebido: 04/6/2021

Accito: 09/6/2021